



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : JOSE IRIO DE SOUZA
CNPJ/CPF : 352.458.916-20

Empreendimento : SÍTIO SERRA DOS BUENOS - JOSÉ IRIO DE SOUZA - SÍTIO SERRA DOS BUENOS

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Sítio SERRA DOS BUENOS número/km S/N Bairro ZONA RURAL Cep 37524-000 Natércia - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Natércia (LAT) -22.1053, (LONG) -45.5225

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 2463/2021

Motivo da decisão:

Com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado, a equipe técnica sugere o indeferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento JOSÉ IRIO DE SOUZA- "SÍTIO SERRA DOS BUENOS" para as atividades de: "Suinocultura – código G-02-04-6" e " Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - G-01-03-1" no município de Natércia- MG por insuficiência técnica.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Varginha, 14/06/2021.

Documento assinado eletronicamente por LUDMILA LADEIRA ALVES DE BRITO, Superintendente, em 14/06/2021 10:09 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.